



**“DICOMER” E “DIBEBER” EM TEMPOS DE VENENOS NA
MESA: PROJETO DE EXTENSÃO NO COLÉGIO MUNICIPAL
AURINO FAUSTO DOS SANTOS EM UBAÍRA-BA**

“DICOMER” AND “DIBEBER” IN TIMES OF POISONS AT THE TABLE: EXTENSION PROJECT AT
AURINO FAUSTO DOS SANTOS MUNICIPAL SCHOOL IN UBAÍRA-BA

Aline dos Santos Lima¹

Reinalda de Jesus Pedra²

Maíra Vitória Moreira dos Santos³

RESUMO

Considera-se a extensão como um princípio educativo que perpassa todos os níveis de ensino. Nos cursos de formação de professores, o desenvolvimento de projetos científicos de extensão é fundamental, pois permite que os licenciandos tenham contato com diversas situações educativas, seja de caráter formal, não formal e informal. É nesta perspectiva que se insere o Projeto de Extensão “‘Dicomer’ e ‘dibeber’ em tempos de veneno na mesa” cuja propósito foi refletir sobre o processo de inserção e do uso de agrotóxicos na produção de alimentos no Brasil a partir do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá. Neste sentido, o objetivo do presente trabalho é problematizar as ações do Projeto em tela, realizado, entre agosto de 2019 e fevereiro de 2020, no Colégio Municipal Aurino Fausto dos Santos, na comunidade de Jenipapo, no município de Ubaíra-Ba. Para tanto, será feita uma breve discussão sobre a importância da extensão no âmbito das instituições de ensino superior e, em seguida, a apresentação, descrição e análise do Projeto realizado em três fases: a) qualificação da equipe executora; b) sondagem da escola parceira; c) troca de saberes entre a equipe executora do IF Baiano *Campus* Santa Inês e a comunidade do Colégio Aurino através

¹ Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - Campus Santa Inês. E-mail: lineuneb@yahoo.com.br

² Licenciada em Geografia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Santa Inês. nalda_rjp20@hotmail.com

³ Licenciada em Geografia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Santa Inês. E-mail: moreiravitoria35@hotmail.com

da realização de rodas de conversas com os estudantes e oficina sobre formas alternativas de produção de alimentos. Com isso, foi possível dialogar sobre os impactos negativos do uso de agrotóxicos na produção de alimentos, bem como apontar como alternativa a produção agroecológica.

PALAVRAS-CHAVES: Agrotóxicos; Extensão; Ubairá-Ba.

ABSTRACT

Extension is considered an educational principle that covers all levels of education. In teacher training courses, the development of scientific extension projects is essential, as it allows undergraduate students to have contact with various educational situations, be they formal, non-formal and informal. It is in this perspective that the Extension Project “'Dicômer' and 'Dibeber' in times of poison on the table” is inserted, which aimed to reflect on the process of insertion and use of pesticides in food production in Brazil from Brazil . Territory of the identity of the Jiquiriçá Valley. In this sense, the objective of the present work is to problematize the actions of the Project on the screen, carried out between August 2019 and February 2020, at the Municipal School Aurino Fausto dos Santos, in the community of Jenipapo, in the municipality of Ubaíra -BA. To this end, a brief discussion will be held on the importance of extension in the context of higher education institutions, and then the presentation, description and analysis of the Project will be carried out in three phases: a) qualification of the executing team; b) survey of the partner school; c) exchange of knowledge between the executive team of the IF Baiano Campus Santa Inês and the community of Colégio Aurino through talks with students and a workshop on alternative forms of food production. With that, it was possible to discuss the negative impacts of the use of pesticides in food production, as well as to point out agroecological production as an alternative. .

KEYWORDS: Pesticides; Extension; Ubairá-Ba.

INTRODUÇÃO

Desde a antiguidade clássica os agricultores vêm desenvolvendo técnicas para lidar com os insetos, plantas e outros seres vivos que se difundiam nas lavouras comprometendo o desenvolvimento dos cultivos. A partir do século XVI há registros do uso de substâncias orgânicas com a finalidade de combater seres considerados maléficos as plantações. Em meados do século XX, os chamados países industrializados passaram a desenvolver técnicas com o objetivo de aumentar a produtividade agrícola para, supostamente, resolver o problema da fome no mundo (RIGOTTO & ROSA, 2012).

Nesse contexto, surge a Revolução Verde que, embora tenha contribuído para o aumento da produtividade, não resolveu o problema da fome, pois o excedente se tornou *commodity* agrícola, ou seja, “produtos originários de atividades agropecuárias, vendidas em quantidades consideráveis, no mercado internacional, em sua forma natural ou após passarem por um processamento inicial necessário à sua comercialização” (DELGADO, 2012, p. 136).

A Revolução Verde modificou o modo de produção de alimentos, pois possibilitou a criação de um “modelo de produção racional voltado para a expansão das agroindústrias e baseado na utilização intensiva de sementes híbridas e de insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos), na mecanização da produção e no uso extensivo de tecnologia” (MOREIRA, 2000 *apud* RIGOTTO & ROSA, 2012, p. 88).

De acordo com Guhur & Toná (2012, p. 60; 63), o modelo da Revolução Verde e do agronegócio se desenvolveu “com base em tecnologias ‘contra a natureza’, que bloqueiam ou impedem processos naturais”, cujo objetivo é “retirar dos agricultores” o controle sobre a produção no campo em benefício das grandes corporações que comercializam agrotóxicos e afins.

O uso de agrotóxico para fins agrícolas tem se intensificado nos últimos anos e a liberação desses produtos químicos tem crescido assustadoramente no Brasil, sobretudo em razão de um modelo agroexportador que visa atender as demandas do mercado internacional. Segundo Bombardi (2017, p. 33), o “consumo total de agrotóxicos no Brasil saltou de cerca de 170.000 toneladas no ano 2000 para 500.000 toneladas em 2014, ou seja, um aumento de 135% em um período de apenas 15 anos”.

Cabe ressaltar que o uso de agrotóxico divide opiniões. De um lado há quem defenda o uso, argumentando sua necessidade para o plantio em larga escala. Do

outro, há quem defenda e produza alimentos, em larga e pequena escala, sem uso de agroquímicos. Como exemplo deste último grupo, podemos citar os movimentos sociais e os camponeses que produzem comida saudável de forma alternativa. Em outros termos, pautada na agroecologia e assegurando o cuidado com o meio ambiente e com a segurança alimentar. Nessa perspectiva, discutir o uso de agrotóxicos na produção de alimentos é um debate fundamental. Apesar disso, a discussão desse tema é pouco problematizada, seja nos meios de comunicação ou nos espaços da educação formal (FERNANDES & STUANI, 2015).

A exploração da temática dos agrotóxicos, assim como a discussão sobre uma agricultura sustentável e produtiva, precisa fazer parte do cotidiano das escolas de educação básica. Com essa perspectiva, foi criado o Projeto de Extensão “‘Dicomer’ e ‘dibeber’ em tempos de veneno na mesa” – Edital Interno nº 04/2019/PROEX/CPPEX/IF Baiano – com o objetivo de refletir sobre o processo de inserção e do uso de agrotóxicos na produção de alimentos no Brasil a partir do município de Ubaíra, localizado no recorte espacial denominado Território de Identidade Vale do Jiquiriçá.

O Projeto foi realizado, entre agosto de 2019 e fevereiro de 2020, no Colégio Municipal Aurino Fausto dos Santos (CMAFS), na comunidade de Jenipapo, no município de Ubaíra-Ba. Sua execução ocorreu em três fases: a) qualificação da equipe executora, através do estudo do tema do uso de agrotóxicos na produção de alimentos; b) sondagem da escola parceira, através da realização de trabalho de campo no CMAFS com o objetivo de conhecer o cotidiano escolar; c) troca de saberes entre a equipe executora do IF Baiano *Campus* Santa Inês e a comunidade do Colégio Aurino. Esta fase se subdividiu em duas etapas: realização de rodas de conversas com os estudantes e oficina sobre formas alternativas de produção de alimentos.

Deste modo, o presente trabalho tem como objetivo problematizar as ações do Projeto de Extensão “‘Dicomer’ e ‘dibeber’ em tempos de veneno na mesa”. Para tanto, será feita uma breve discussão sobre a importância da extensão no âmbito das instituições de ensino superior e, em seguida, a apresentação, descrição e análise do Projeto realizado.

A IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

O “princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” está normatizado no Artigo 207º da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e explicitado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) ao tratar das finalidades da educação superior que, dentre outras, deve “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 1996).

Em se tratando dos Institutos Federais, cujo objetivo, dentre outros, é ofertar educação superior em cursos de licenciatura com vistas a formação de professores para a educação básica, também cabe a promoção de atividades de extensão (BRASIL, 2008).

Considerando o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), a extensão é um princípio educativo que perpassa todas as ações, níveis e modalidades de ensino. Neste sentido, o conceito de extensão vislumbra a necessidade de ação relacional e de diálogo com a sociedade, enfatizando demandas sociais e se caracteriza como um processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico, que promove a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho. Portanto, as ações de extensão devem estar indissociáveis das atividades de ensino e pesquisa (IF BAIANO, 2019).

No que tange ao Curso de Licenciatura em Geografia, cujo objetivo é “habilitar profissionais em Geografia para o exercício do magistério na Educação Básica, com perfil ético, crítico e capaz de contribuir para a melhoria da qualidade ambiental e social”, consta dentre os objetivos específicos “estimular o aluno a desenvolver projetos científicos e/ou de extensão, contando com o apoio do corpo docente” (IF BAIANO, 2013, p. 10-11).

É nesta perspectiva que se insere o Projeto de Extensão “‘Dicomer’ e ‘dibeber’ em tempos de veneno na mesa”. Ou seja, o projeto científico de extensão sob análise foi concebido e proposto por docentes que coordenam o Grupo de Estudos Geografia dos Territórios e Espaços Rurais (GEOTER) e o Núcleo de Estudos em Questões Agrárias (NEQA) no IF Baiano *Campus* Santa Inês. Este Grupo e este Núcleo agregam discentes, técnicos e egressos que, em conjunto, constroem a extensão como “princípio

educativo” (IF BAIANO, 2013, p. 61) e em consonância com as diretrizes da extensão preconizadas pelo Instituto (IF BAIANO, 2013; 2019).

Paulo Freire inicia sua obra “Extensão ou Comunicação?” problematizando o ponto de vista semântico da palavra extensão e extensionista. Para o autor, o termo extensão “indica a ação de estender e de estender em sua regência sintática de verbo transitivo relativo, de dupla complementação –: estender *algo a (...)* [e] extensionista (...) quem estende algo até alguém” (FREIRE, 1983, p. 11).

Diante disso, o Projeto “Dicomer’ e ‘dibeber’ em tempos de veneno na mesa” foi construído com a intencionalidade de alinhar as diretrizes de extensão do IF Baiano – especialmente a indissociabilidade entre extensão-pesquisa-ensino e a difusão de conhecimentos – com os princípios defendidos por Paulo Freire para uma extensão educativa e de caráter libertador, qual seja aquela que compreende o educar e o educar-se como uma tarefa

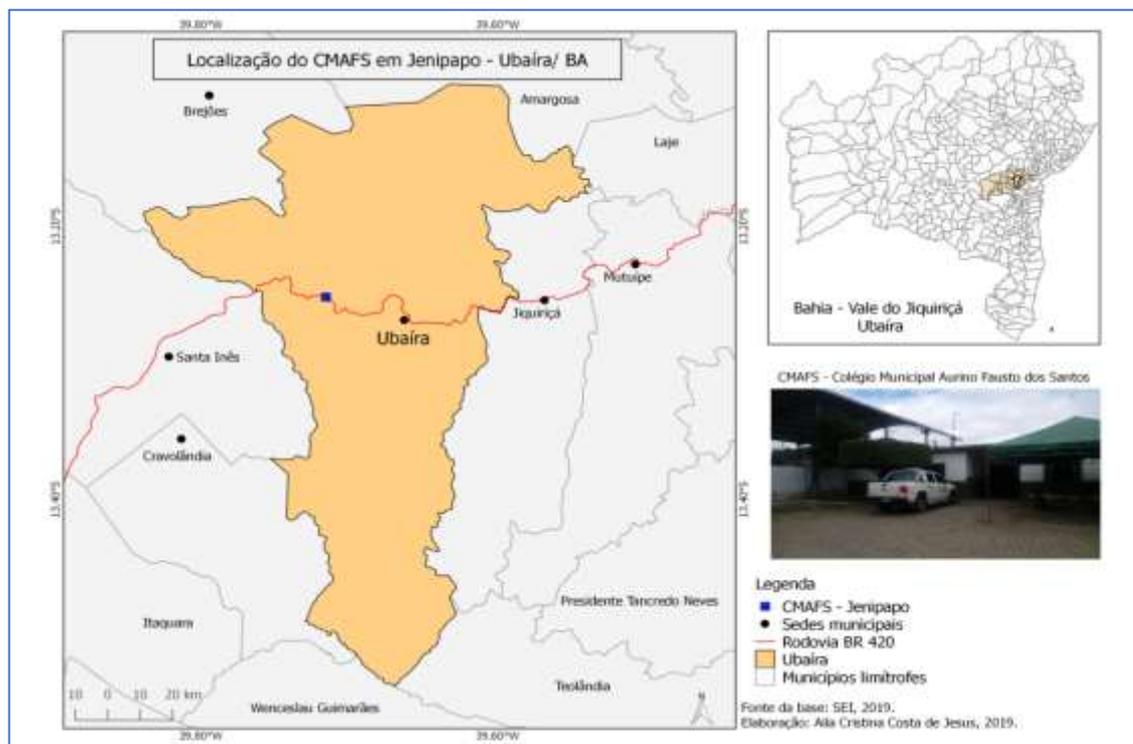
(...) daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que êstes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (FREIRE, 1983, p. 15).

Dessa forma, a atividade de extensão pode ser pautada pelos conhecimentos técnicos desenvolvidos/aprimorados no ambiente acadêmico, mas deve ser executada respeitando e dialogando com os saberes populares (SILVA & NUNES, 2011).

O PROJETO DE EXTENSÃO NO COLÉGIO MUNICIPAL AURINO FAUSTO DOS SANTOS

O Colégio Municipal Aurino Fausto dos Santos, está localizado na Praça São José, na comunidade rural de Jenipapo, no município de Ubaíra-BA (Figura 1). Em 2019, o Colégio Aurino contava com 151 estudantes matriculados em sete turmas no Ensino Fundamental II. Dentre os estudantes matriculados, 55% eram do sexo masculino (83 estudantes) e 45% do sexo feminino (68 estudantes). Além disso, dentre os 151 alunos, 88,7% viviam no campo (134 estudantes) e 11,3% viviam na cidade (17 estudantes).

Figura 1 – Localização do Colégio Aurino Fausto dos Santos



Fonte: SEI, 2019. Elaboração: Aila Cristina Costa de Jesus, 2019.

Como já sinalizado, a realização do Projeto constituiu em três fases. A primeira, foi pautada no levantamento e no estudo de textos sobre o uso de agrotóxicos em reuniões com os membros do GEOTER e do NEQA, proponentes do Projeto. Além disso, essa fase de qualificação da equipe executora ocorreu através da produção, submissão e apresentação de resumos/textos e da realização de oficinas em eventos científicos – a equipe executora do Projeto participou de cinco eventos científicos apresentado e publicando trabalhos, além de ter realizado duas oficinas.

A segunda fase, consistiu no momento de conhecer a comunidade que compõe a escola parceira, ou seja, direção, professora de Geografia (parceira do projeto), pais e estudantes. A partir dessa etapa, o princípio educativo da extensão foi se consolidando. Este princípio é fundamental para os discentes que compõem o Projeto e que cursam Licenciatura em Geografia, cujo perfil profissional do egresso:

“pretende a formação de um profissional que compreenda os conceitos, as categorias e os métodos de análise do espaço geográfico, sabendo aplicá-los adequadamente ao ensino, a pesquisa e a extensão” (IF BAIANO, 2013, p. 13).

Nessa perspectiva, o contato com o universo escolar permitiu observar como a temática do agrotóxico poderia ser trabalhada em consonância com os conteúdos disciplinares no Colégio Aurino. Em se tratando da disciplina Geografia, identificou-se que o tema poderia ser problematizado nas turmas de 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental II, conforme Quadro 1. O levantamento dos conteúdos serviu como definidor para selecionar as turmas/estudantes que estariam envolvidas na terceira fase do Projeto. Ainda na segunda fase, foi possível conhecer os pais dos estudantes que participaram de uma reunião no Colégio e apresentar para eles o Projeto e suas ações.

Quadro 1 – CMAFS: relação do tema agrotóxico com os conteúdos de Geografia do Ensino Fundamental II

| 7º Série | 8º Série | 9º Série |
|---|--|--|
| -Brasil: de país agrário a país industrial -A organização do espaço nordestino | -Capitalismo e espaço mundial -A globalização -Desenvolvimento econômico e social -Estados Unidos da América: a superpotência mundial | -Geopolítica atual -Globalização -Europa-dinâmicas da natureza |

FONTE: CMAFS, 2019. ELABORAÇÃO: As autoras, 2019.

A participação dos pais/responsáveis foi importante, em primeiro lugar, por estreitar os laços entre família-escola-IF Baiano e, em segundo lugar, por qualificar as discussões do Projeto, uma vez que a maioria das famílias dos alunos vivem e trabalham no campo – nas comunidades de Cachoeirinha, Comum da Carlota, Jenipapo, Lago do Boi, Otis, Pedrinhas, Sapucaia e Volta do Rio – e fazem uso agrotóxicos na produção agrícola. Por meio desse contato, os pais/responsáveis dos estudantes fizeram uma provocação para a Coordenação do Projeto: que fosse ministrada uma oficina sobre produção sem veneno, o que não estava proposto inicialmente.

Após esse contato inicial com a escola e com os pais, iniciamos a terceira e última fase do Projeto que ocorreu com a realização das rodas de conversas e a oficina sobre formas alternativas de produção de alimentos. Foram realizadas cinco Rodas de Conversas envolvendo 105 estudantes matriculados nas Turmas 7A, 7B, 8A, 8B e 9A, conforme Quadro 2:

Quadro 2 – Rodas de conversas com estudantes do CMAFS

| Data | Turma | Número de estudantes matriculados |
|-------------|-------|-----------------------------------|
| 8 outubro | 8A | 25 |
| 16 outubro | 8B | 14 |
| 29 outubro | 7A | 26 |
| 29 outubro | 7B | 21 |
| 25 novembro | 9A | 19 |
| Total | 5 | 105 |

FONTE: PIBIEX, 2019. ELABORAÇÃO: as autoras, 2019.

As rodas de conversas (Figura 2) aconteceram da seguinte forma: os estudantes eram convidados a organizar as carteiras em forma de círculo. Em seguida, as bolsistas do Projeto faziam suas apresentações e apresentavam a proposta do Projeto/Rodas. O passo seguinte era uma breve apresentação dos estudantes.

Figura 2 – Rodas de conversas com estudantes do CMAFS



FONTE: PIBIEX, 2019. AUTORA: Reinalda de Jesus Pedra, 2019.

Na sequência, os estudantes se dividiam por comunidade para preencher o esboço de um calendário agrícola (Figura 3), construído com o objetivo de identificar

as lavouras/culturas produzidas na comunidade, o período do plantio e da colheita e os agroquímicos utilizados nas respectivas produções.

Figura 3 – Calendário agrícola elaborado por estudantes do 9A do CMAFS

Projeto de Extensão: "Diálogo e "diálogo" em tempo de guerra na mesorregião de Extensão e" SAG018PROJEC/CPPEP/BAHIA
Vários outros e cálculos de produção! Preencham conforme orientações

1. LAVORA/CULTURA: Preencham com os nomes das frutas, verduras e/ou hortaliças que você e sua família produzem (começa com o cultivo mais importante, o segundo mais importante e assim sucessivamente).
2. MÊS: Na parte dos meses, preenchem com P para os meses que realizam PLANTIO e C para os meses que realizam COLHEITA.
3. "REMÉDIOS" UTILIZADOS: preenchem com o nome dos "remédios" que utilizam nas plantações.

| LAVORA/CULTURA | MÊS | | | | | | | | | | | | "REMÉDIOS" UTILIZADOS | |
|------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----------------------|-----------------------|
| | JAN | FEV | MAR | ABR | MAI | JUN | JUL | AGO | SET | OUT | NOV | DEZ | | |
| Chuchu | | | | | | | P | | | | | | C | Lamat |
| Tomate | | | C | | | | | | | | | | P | Recop |
| Jiló | | C | | | | | | | | | | P | | óleo mineral e Abonac |
| Alface americana | | C | | | | | | | | | | | P | Nenhum |
| cebola | | | | | | | | | | | | P | C | Nenhum |
| morango | | C | | | | | | P | | | | | | Lamat |
| café | | | | | | | | P | | | | C | | Recop |
| mangala | | | | | | | | P | | | | | C | Nenhum |
| Milho | | | P | | | C | | | | | | | | Nenhum |

data: 25/11/18. Sábado. S: A. Comunidade não vive. Fog. Lagoa do João
Aluno: Samilly Costa dos Santos

FONTE: PIBIEX, 2019. AUTORA: Reinalda de Jesus Pedra, 2019.

Após essa etapa iniciavam as discussões sobre o uso de agrotóxicos, sempre mediada pelo uso de charges para facilitar a compreensão acerca das consequências causadas pela adoção de agroquímicos na produção agrícola. As imagens foram utilizadas com a finalidade de dinamizar a atividade e envolver os alunos, pois “a charge e as tiras humorísticas são riquíssimas em intertextualidade, permitindo que o receptor das mesmas raciocine e analise o que é subentendido nas mesmas” (ALVES, PEREIRA & CABRAL, 2013, p. 421).

A partir daí se procedia a “leitura” de imagens intercalada a exibição de trechos do documentário “O veneno está na mesa II – Agroecologia para alimentar o mundo com soberania para alimentar os povos” de Silvio Tendler (2014) e gráficos/mapas extraídos do “Atlas Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Européia” de Larissa Bombardi.

Os mapas com o recorte para o estado da Bahia foram adaptados para destacar a região onde o município de Ubaíra está localizado – o Vale do Jiquiriçá – e, com isso,

problematizar a realidade dos sujeitos envolvidos e qualificar o debate sobre a agricultura chamada de moderna, mas marcada pelas “velhas formas de opressão e de exploração do trabalho” que podem ser representadas pelas seguintes características: perda de direitos trabalhistas; expulsão dos camponeses de suas terras; contaminação ambiental; intoxicação de trabalhadores e camponeses pelo uso de agrotóxicos; supressão de áreas destinadas de produção de alimentos (BOMBARDI, 2017, p. 29).

Além disso, também eram apresentados dados sobre a contaminação das águas dos vinte municípios que fazem parte da região do Vale do Jiquiriçá, em conformidade com a base de dados Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (SISAGUA) para 2014-2017. A partir dos dados apresentados, os estudantes notavam que as águas de 13 – Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafayette Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Planaltino, São Miguel das Matas e Ubaíra – dos 20 municípios do Vale estão contaminadas com, aproximadamente, 15 agrotóxicos. Sem contar nos outros 7 municípios – Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana e Santa Inês – sobre os quais não há registro (LIMA, JESUS & PEDREIRA, 2019).

A partir das Rodas, foi possível notar a preocupação dos estudantes em relação ao que estava sendo apresentado. Muitos manifestavam suas inquietações fazendo questionamentos que eram problematizados. Tal postura faz recordar as palavras de Freire (1983, p. 34) quando este afirma que o “que se pretende com o diálogo, em qualquer hipótese (...) é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível reação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la”.

Diante das provocações, apresentávamos a agroecologia como caminho alternativo, pois essa forma de produção prega o direito à alimentação saudável e se preocupa com a qualidade de vida dos seres humanos e animais, a preservação do meio ambiente e a valorização dos povos do campo. Oxalá possam incorporar esses saberes em suas práticas, já que “só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isso mesmo, reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido-apreendido a situações existenciais concretas” (FREIRE, 1983, p. 8-9).

Como já sinalizado, a experiência no Colégio Aurino demandou a realização de atividades que não estavam previstas no Projeto. A demanda veio da comunidade externa, ou seja, dos pais/responsáveis dos/pelos estudantes, interessados em

conhecer outras possibilidades de produção de alimentos sem o uso de veneno. Mediante a solicitação convidamos duas pessoas para colaborar, um técnico agrícola do IF Baiano *Campus* Santa Inês e uma moradora do Assentamento Força Jovem do município de Ubaíra, ambos com experiências em práticas de transição agroecológica (Figura 4).

Figura 4 – Oficina sobre formas alternativas de produção de alimentos



FONTE: PIBIEX, 2019. AUTORA: Reinalda de Jesus Pedra, 2019.

A agroecologia é o caminho proposto para a produção de alimentos sem a utilização de agrotóxicos. De acordo com Guhur & Toná (2012, p. 61), o movimento de ‘agricultura alternativa’ surgiu no Brasil, no final da década de 1970, como uma contestação à Revolução Verde. Contudo, esse movimento permaneceu inicialmente restrito a um “pequeno grupo de intelectuais (...) foi somente a partir de 1989 que o termo agroecologia começou a ser utilizado” (...) com maior força a partir do início dos anos 2000 [quando] os movimentos sociais populares do campo (...) incorporaram o debate agroecológico à sua estratégia política”.

Desse modo, a agroecologia não é apenas um conjunto de técnicas agronômicas, mas um processo político, social e transformador que oferece “ferramentas que dão às pessoas no direito de definir seus próprios sistemas de alimentação, agricultura, pecuária, pesca (...) a agroecologia não procura melhorar a agricultura industrial, mas substituí-la: não se trata de adaptação ou conformação, mas, sim, transformação” (URHAHN & POHL, 2018, p. 50).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O envolvimento da equipe executora com o cotidiano escolar – através da participação na reunião entre pais/responsáveis e professores/gestão, na realização das Rodas de conversas e na promoção da oficina – possibilitou a troca de experiências e conhecimentos acerca do uso de agrotóxicos na agricultura/formas alternativas de produção de alimentos, entre discentes/docentes do IF Baiano *Campus* Santa Inês e estudantes/pais de estudantes/professores da educação básica do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá.

Durante as Rodas de conversas foi possível notar que parte dos estudantes, sobretudo daqueles que ajudam os pais com trabalho do campo, não tinham o conhecimento do quão perigoso para a saúde é a utilização de agrotóxicos. Isso se justifica, principalmente pelo fato de os estabelecimentos que vendem esses produtos químicos não prestarem a informação no que se refere às consequências do uso de agrotóxicos, tanto para a saúde humana, quanto para o meio ambiente. Ademais, o Projeto possibilitou a participação da equipe executora em eventos científicos, seja apresentando trabalho de comunicação oral/pôster, seja promovendo discussões no formato de oficina/minicurso (conforme discriminado na relação de publicações e/ou produtos gerados pelo projeto).

Desse modo, a execução do Projeto de Extensão “‘Dicomer’ e ‘dibeber’ em tempos de veneno na mesa”, possibilitou a articulação de forma contextualizada das instâncias que foram o tripé ensino-pesquisa-extensão. Logo, discentes do Instituto Federal Baiano refletiram sobre a aplicação dos conhecimentos do curso de Licenciatura em Geografia nas séries finais do Ensino Fundamental à luz do tema do Projeto, ao mesmo tempo em que estudantes do Ensino Fundamental perceberam a relação entre os conteúdos desenvolvidos na disciplina de Geografia e sua vida cotidiana, seja ao se alimentar ou no ato de produzir e reproduzir a vida por meio do trabalho no campo.

REFERÊNCIAS

ALVES, T.; PEREIRA, S. S.; CABRAL, L. N. A utilização de charges e tiras humorísticas como recurso didático-pedagógico mobilizador no processo de ensino-aprendizagem

da Geografia. **Revista Educação (UFSM)**, Santa Maria-RS, v. 38, n.º. 2, p. 417-432, mai./ago., 2013.

BOMBARDI, L. M. **Geografa do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões coma União Europeia**. São Paulo: FFLCH, 2017.

BRASIL. Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF, 30 dez. 2008. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27.839.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF, 5 out. 1988. Seção 1, p. 1.

DELGADO, N. G. Agrotóxicos. In: CALDART, R. S. et. al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p.135-143

FERNANDES, C. dos S.; STUANI, G. M. Agrotóxicos no Ensino de Ciências: uma pesquisa na educação do campo. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre-RS, v. 40, n.º. 3, p. 745-762, 2015.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GUHUR, D. M. P.; TONÁ, N. Agroecologia. In: CALDART, R. S. et. al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 88-96.

IF BAIANO. **Regulamento das atividades de Extensão do IF Baiano**. Salvador: SETEC/MEC, 2019. (Resolução n.º. 46 de 29/07/2019).

_____. **Projeto Pedagógico Curso Licenciatura Geografia**. Santa Inês: SETEC/MEC, 2013.

LIMA, A. dos S.; JESUS, A. C. C. de.; PEDREIRA, I. A. Modernidade e barbárie: reflexões sobre o uso de tóxicos no agro brasileiro. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA-SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9., 2019, Recife-PE. Anais **IX SINGA**. Recife-PE: UFPE, 2019. p. 1-20.

NUNES, A. L. de P. F.; SILVA, M. B. da C. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. **Revista Mal-Estar e Sociedade**, Barbacena, Ano IV, v. 7, p. 119-133, 2011.

RIGOTTO, R. M.; ROSA, I. F. Agrotóxicos. In: CALDART, R. S. et. al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 88-96.

URHAHN, J. P. C. Alternativas: em busca de um novo caminho. In: SANTOS, M.; GLASS, V. (Orgs.). **Atlas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2018. p. 50-51.